

2

Contextualização sócio-histórica: da formação do estado de Goiás à presença do caipira na representação da goianidade

Neste capítulo, contextualizo o processo de formação do estado de Goiás, bem como a manifestação da cultura caipira, como uma forma de estabelecer relações de ordem macro com as categorizações relacionadas à goianidade. Considero de suma importância trazer essas informações de natureza sócio-históricas para que possamos compreender, do ponto de vista social, como a relação de pertencimento à comunidade goiana associa-se a estereótipos da cultura caipira.

2.1

Goiás: antes e após a construção de Brasília

Santuário da Serra Dourada
Natureza dormindo no cio
Anhangüera, malícia e magia,
Bota fogo nas águas do rio.

Vermelho, de ouro assustado,
Foge o índio na sua canoa.
Anhangüera bateia o tempo:
— Levanta, arraial Vila Boa!
(Hino do Estado de Goiás)

A história de Goiás principia no final do século XVII e início do século XVIII, com a chegada dos bandeirantes paulistas à região. Ao chegarem a Goiás, objetivavam, primordialmente, explorar o interior do território, em busca de riquezas minerais e capturar índios nativos (Palacin e Moraes, 2001: 8-9).

É costume considerar o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, o *Anhangüera*, nome indígena que significa ‘diabo velho’ e dado ao sertanista, talvez, em decorrência de ser cego de um olho, como o descobridor das terras goianas, não porque tenha sido o primeiro a pisar no território goiano, mas por ser

o primeiro bandeirante a ter intenção de se fixar no estado. A expedição de Bartolomeu Bueno da Silva saiu de São Paulo em três de julho de 1722. Três anos depois de terem se estabelecido na área, mais especificamente, em 25 de outubro de 1725, os bandeirantes retornaram a São Paulo, anunciando a descoberta de cinco córregos auríferos em Goiás onde havia, além de ótimo clima e facilidade na comunicação com as demais regiões do Brasil, minas tão ricas como as minas existentes em Cuiabá (Palacin e Moraes, 2001: 9-10).

Meses depois, os bandeirantes paulistas voltaram novamente a Goiás. Ocuparam, inicialmente, a região do Rio Vermelho e fundaram, no local, no ano de 1727, o arraial de Sant'Ana, mais tarde chamado de Vila Boa e, posteriormente, de Cidade de Goiás, tornando-se durante 200 anos a capital do território goiano. Próximo ao Arraial de Sant'Ana, surgiram outros povoados como Barras, Ferreiro, Anta, Ouro fino. A divulgação das riquezas auríferas existentes em terras goianas trouxe pessoas de diversas partes do país para o local: de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e de outros estados. Esse processo migratório aumentou o índice de exploração do ouro. Como as técnicas utilizadas eram bastante primitivas, muito rapidamente, a atividade entrou em declínio, desencadeando em Goiás um processo de ruralização, criando-se uma economia apenas de subsistência (p.11-12).

Até 1749, Goiás pertenceu à capitania de São Paulo; após essa data, tornou-se capitania independente, título que conservaria até se tornar província. Esse processo de mudanças, porém, não ocorreu de forma rápida. A formação de juntas administrativas foi uma das primeiras iniciativas nesse sentido, visto que permitiu a disputa pelo poder entre os grupos locais, fato que não ocorria anteriormente (p.29-51).

Antes de 1940, a região goiana não passava de uma enorme e inexplorada mancha na geografia brasileira, transformações realmente consideráveis só aconteceram, mais especificamente, a partir dessa década, com a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso goiano, e com a campanha nacional de “marcha para o oeste” que resultou, nos anos de 1950, na construção de Brasília. Embora, durante esse período, a população urbana do estado tenha se multiplicado, consideravelmente, Goiás permaneceu um estado de economia primária, com produção extensiva de baixa produtividade (p. 113).

2.2

O processo de povoamento e despovoamento de Brasília e de seu entorno

A região correspondente hoje ao DF pertencia, anteriormente, ao estado de Goiás. No início da colonização da região, ainda no ano de 1720, recebeu um número muito grande de exploradores e escravos. No entanto, quando a atividade mineradora ficou escassa, o território no qual se situa hoje o DF e a região do entorno de Brasília, por muito tempo, comportou uma população basicamente formada de pecuaristas e de pequenos agricultores (Mello, 1999: 1).

No povoado de Santa Luzia, hoje Luziânia, cidade goiana próxima à Brasília, a pobreza era imensa; não havia um habitante sequer que se dedicasse, em grande escala, à exploração das minas, preferiam cultivar a terra, iam ao arraial apenas aos domingos ou em dias de festa. Plantavam milho, arroz e feijão, produtos já cultivados pelos brasileiros do interior; cultivavam ainda plantas de origem européia como o trigo e, principalmente, o marmelo (Saint-Hilaire, 1975: 26).

O autor ainda completa:

A descoberta das minas teve o inconveniente de atrair para longe do litoral e da capital uma população considerável, a qual, agora que as minas estão esgotadas e só poderiam ser exploradas com grande dispêndio de dinheiro, se acha reduzida a mais extrema indigência (Saint-Hilaire, 1975: 26).

Por muito tempo, segundo Mello (1999), professor das Faculdades Alfa e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), a região em questão caracterizou-se como essencialmente de base agrícola. Somente na década de 1950, com o início da construção da capital federal, o quadro demográfico foi se modificando e as formas de trabalho sofrendo considerável transformação. Houve retomada no processo de ocupação da área. Para o local, vieram pessoas de diferentes localidades do país: Piauí, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, São Paulo, Ceará, Bahia, Goiás, todas elas com situações financeiras e posições sociais diferenciadas: funcionários públicos, engenheiros e pessoas para trabalhar na construção da nova capital (Mello, 1999: 1-2).

A partir daí, Brasília passa por várias fases de ocupação até transformar-se no que é hoje. No entanto, cada uma dessas fases foi norteadas por uma lógica de reprodução diferenciada que contribuiu para gerar, capitalismo diferentes, entretanto, com uma característica semelhante, a exclusão (Mello, 1999: 1-2).

Desde o início da construção de Brasília, de acordo com Vasconcelos et al. (2006), sabia-se que fixar residência no Plano Piloto era para poucos. Porém, não foi o que ocorreu, uma vez que, muitas pessoas, de baixo poder aquisitivo, vindas para ajudar na construção da nova capital, fixaram residência também no local (p.3).

Com o objetivo de solucionar o problema habitacional, criaram-se os núcleos urbanos distantes da área do Plano Piloto para onde foram transferidos os trabalhadores migrantes pobres, pessoas desocupadas ou com funções econômicas indefinidas. Esse processo seletivo, aos poucos, originou a oposição entre centro e periferia. O centro correspondia ao Plano Piloto, o local do poder, onde todas as decisões sobre o país seriam tomadas e onde os funcionários públicos e de classes sociais mais abastadas fixariam residência. A periferia seria o local designado aos trabalhadores de baixa renda (Vasconcelos et al., 2006:3).

Com o grande contingente de pessoas vindas para Brasília, ou fugindo da estagnação econômica nordestina, ou expulsos pelo desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste, muito rapidamente, surgiram as chamadas cidades-dormitório que, mais tarde, formaram o Aglomerado Urbano de Brasília – AUB (Mello, 1999: 3-4).

A capital federal foi planejada para garantir a qualidade de vida a todos os habitantes e não de reproduzir, na cidade criada, os problemas típicos das grandes cidades, porém não foi isso que ocorreu, visto que, em 1970, o fluxo populacional aumentou muito e com ele, também os problemas (Vasconcelos et al., 2006: 3).

Nos períodos de 1960/1970 e de 1970 a 1980, o fluxo migratório para o DF elevou-se consideravelmente, 76% da população residente no local eram de pessoas não-nativas. Esse contingente variava de acordo com as regiões administrativas. O volume maior concentrava-se na área compreendida pelo Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Lago Sul e Lago Norte. Nos municípios goianos de Luziânia, Padre Bernardo, Planaltina e seus

respectivos desdobramentos, a população não-nativa girava entre 24% e 34% por ainda possuírem características especificamente rurais (p. 4).

O local mais ocupado do AUB foi o Plano Piloto para onde, conforme dados do censo demográfico de 1970, migrou uma população correspondente a 51%. Taguatinga, Gama e Sobradinho foram contemplados com uma migração de 19,6%, 12,8% e 7,1%, respectivamente. As demais regiões do AUB tiveram baixa porcentagem de fluxo migratório (Vasconcelos et al., 2006: 5).

As unidades da federação que mais migraram e colaboraram para a formação do AUB foram Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os goianos e mineiros vieram em busca de novas oportunidades de emprego e de renda; os vindos do Rio de Janeiro, para ocupar posições administrativas e técnicas. Além das pessoas que migraram dessas localidades, vieram, ainda, outras da região Nordeste, visto que a nova capital representava possibilidades de melhores condições de vida para essas pessoas (p. 6).

Na década de 1970, cerca de 40% da população rural migrou para o AUB. Nos anos de 1980, esse quadro se alterou bruscamente. Enquanto as taxas de crescimento nas regiões do DF caem de 8,2% para 2,8% ao ano, nos municípios goianos do AUB ocorre um crescimento populacional de 8% ao ano (Camarano e Abramovay, 1998: 48 *apud* Vasconcelos et al., 2006: 8).

Entre 1980 e 1990, os municípios periféricos do DF, principalmente os pertencentes à região sul, cresceram aceleradamente. Em 1991, os municípios goianos do AUB passaram a comportar maior população do que o Plano Piloto: 15,8% contra 13,8%, respectivamente (Barbosa Ferreira et al., 2002 *apud* Vasconcelos 2006: 8).

Na década de 1990, embora tenha diminuído o fluxo de migrantes em Brasília, a capital federal continuou exercendo grande atração nas pessoas de outros estados, tanto que, nesta época, 19,1% de seu total populacional é não-nativa com menos de 10 anos de residência. Porém, conforme nos informam Vasconcelos et al.:

Se a migração na década de 1990 não se destaca como a principal componente na evolução da população do Distrito Federal, ela assume essa importância na evolução da população do chamado Entorno Imediato, onde a proporção de migrantes recentes aumentou de 22% em 1970 para 55,3% em 2000 (Vasconcelos et al., 2006: 9).

Em consequência do crescimento desordenado das regiões do DF, entorno e ao grande bolsão de miséria que se formou, principalmente nos municípios periféricos, em 19 de fevereiro de 1998, criou-se a Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (Ride), que forma hoje uma das maiores aglomerações urbanas do Brasil. Fazem parte da Ride, além do DF, os municípios goianos de Cidade Ocidental, Valparaíso, Vila Boa, Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cocalzinho, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e os municípios mineiros de Unaí e Buritis (Caiado, 2005: 56-57).

Para maior funcionalidade quanto à divisão interna desses municípios, temos três diferentes recortes espaciais que abrangem as cidades componentes da Ride: Brasília, Entorno Imediato e Entorno distante. Brasília corresponde à região do Plano Piloto. O Entorno Imediato inclui municípios goianos próximos a Brasília que cresceram demograficamente em consequência da própria expansão urbana do Distrito Federal, são eles: Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas, todos pertencentes à região sudoeste do DF. O município de Planaltina, localizado na parte nordeste, também pertence ao Entorno Imediato. A região do Entorno Distante corresponde aos municípios que não sofreram diretamente o impacto do processo de expansão urbana periférica do DF, isto é, estão situados em uma distância maior, como Mimoso e Pirenópolis. Os municípios que pertencem à Ride apresentam características bem diversas no que se refere à centralidade, à retenção de população, às taxas de crescimento populacional e à exclusão social (Caiado, 2005: 56-57).

Os mecanismos excludentes no DF e nas regiões do seu entorno são percebidos cotidianamente em todos os níveis: sociais, por abrigar pessoas de diferentes classes, espaciais e econômicos porque o modelo de organização sócio-espacial trouxe consigo uma divisão social do território, nos níveis demográficos porque comporta um número muito grande de pessoas em espaços pequenos e

impróprios para a habitação, nos ideológicos e culturais porque reúne pessoas de diferentes ideologias e diferentes contextos culturais (Mello, 1999: 2-3).

A mudança da capital para o interior do estado de Goiás trouxe um novo traçado de fluxos migratórios que alterou toda a estrutura das cidades que circundavam Brasília. A política de contenção do crescimento da capital e os empreendimentos imobiliários, pela iniciativa do grande e do pequeno capital, ao se voltarem para o entorno do DF, colaboraram para o surgimento de vários conjuntos habitacionais e para a venda de diversos loteamentos em terras rurais. O baixo preço dos lotes e os longos prazos para pagar atraíram a população para as periferias, já que esta pagava, nos núcleos satélites da capital, aluguéis muito caros (Mello, 1999: 2-3).

Assim, o migrante pobre que chega ao aglomerado tende a buscar nessa periferia sua moradia, o que o obriga a se deslocar a grande distância para o trabalho localizado no Plano Piloto. Os centros periféricos tornaram-se anteparos para os migrantes. Brasília, ao mesmo tempo em que integrou o restante do território nacional, desintegrou toda a estrutura existente anteriormente nas cidades do entorno. Houve, assim, um processo construtivo que gerou outro de (des)construção do espaço, da cultura, da ideologia, da sociedade, de forma geral (Vasconcelos et al., 2006: 7).

As cidades do entorno ficaram subordinadas à nova capital federal. Os centros periféricos passaram a servir Brasília em todas as instâncias. A inexistência de um planejamento efetivo e direcionado que considerasse realmente as necessidades dos municípios do entorno colaborou para o surgimento de populações miseráveis, contrastando com grupos mais elitizados, como os funcionários públicos, por exemplo, e cidades totalmente desestruturadas que surgiram e cresceram muito rápido e desordenadamente. A falta de planejamento modificou a fisionomia das relações sociais na região do entorno, elas se tornaram mais complexas e mais excludentes: de um lado, formou-se o grupo das pessoas de melhores condições financeiras; do outro, o grupo dos desempregados, dos pobres e miseráveis (Mello, 1999: 7-8).

Com o crescimento desarticulado, espaços que, anteriormente, eram marcados apenas por atividades rurais, passaram a comportar outros tipos de atividades e outras formas de relações humanas: misturaram-se pessoas das mais

variadas localidades do Brasil, com diferentes níveis sócio-econômico-culturais. Sobre essa mudança de atividades de base marcadamente rural para outra de expansão urbana, Mello diz:

Uma paisagem caracterizada por pastagem e lavouras cede terreno às formas características de áreas de expansão urbana; imagens de bois e do caminho que estes percorriam são substituídos por migrantes e pelos veículos que estes utilizam para percorrer suas extensas jornadas; as estreitas estradas utilizadas pela população rural, por crianças acompanhadas de seus pais, foram sendo superadas pelas rodovias, algumas duplicadas, nas quais os vínculos existentes entre a infinidade de pessoas que nelas transitam não podem ser facilmente identificados. Pessoas essas que não mais são caracterizadas pela suas habilidades de ferramentas de uso agrícola ou pela sua origem familiar, mas sim pela ausência de referência profissional urbana e existencial agrícola (Mello, 1999: 4).

Brasília trouxe consigo um novo modelo de configuração territorial arquitetado a partir de um discurso modernizado que gerou profundas mudanças das mais variadas ordens nos municípios integrantes da região denominada de entorno de Brasília. Complicaram-se as relações sócio-espaciais existentes no DF e nas cidades vizinhas. As pessoas que foram expulsas de Brasília passaram a povoar essas cidades de forma totalmente desordenada (Mello, 1999: 4).

2.3

Relações entre a goianidade e a cultura caipira

Fizemos a última viagem/ Foi lá pro sertão de Goiás. Foi eu e o Chico Mineiro/também foi um capataz. Viajemo muitos dia/ pra chegar em Ouro Fino aonde nós passemos a noite/ numa festa do Divino.

(Tonico e Tinoco)

O estado de Goiás, bastante jovem em termos de história, não conseguiu, no decorrer de sua formação político-cultural, alcançar grande configuração no cenário brasileiro, como alguns estados o conseguiram. O fato de localizar-se na região central do Brasil e ser povoado, inicialmente, por índios, dificultou-lhe o processo de ocupação. No início da colonização portuguesa, a língua tupi, proveniente dos índios Tupinambás, era a língua falada em toda a Costa Atlântica.

Gradativamente, foi aprendida pelos portugueses, passando então a ser a língua falada por quase toda a população brasileira da época. Aos poucos, em decorrência da constante utilização, tanto por parte dos índios missionados como dos não índios, a língua em uso passou a ser conhecida como ‘Língua geral’ (Martins, 2003: 1).

Da língua geral, surgem duas ramificações: a Língua geral amazônica e a Língua geral paulista. Quanto à primeira, desenvolveu-se, inicialmente, no Maranhão e no Pará, nos séculos XVII e XVIII. Quanto à segunda, teve origem na língua dos índios Tupi de São Vicente e do alto Tietê; diferia um pouco da língua Tupinambá. Já no século XVII, era falada pelos exploradores dos sertões conhecidos como bandeirantes (p.1).

Por intermédio dos exploradores, a Língua geral paulista penetrou em locais jamais alcançados pelos índios Tupi-guaranis, influenciando a linguagem corriqueira de muitos brasileiros, inclusive a do povo goiano. No quadro histórico brasileiro, após a imposição do português como língua oficial, ocorreu um processo de estigmatização das demais línguas divergentes do padrão exigido pelo Marquês de Pombal (Praxedes, 2007: 1).

Contribuindo com as discussões acerca da proibição do uso da Língua geral paulista, Villalta faz as seguintes colocações:

No reinado de D. José I, de quem foi ministro o poderoso Sebastião José de Carvalho e Mello, conhecido pelo título de marquês de Pombal (1750 a 1777), implantou-se uma política de imposição da língua portuguesa... Em 1770, Pombal ordenou aos mestres de língua latina que, ao receberem seus alunos, os instruissem previamente, por seis meses, na língua portuguesa, usando *a Gramatica portugueza*, composta por Antônio José dos Reis Lobato (Villalta, 2004: 61 *apud* Praxedes, 2007: 1).

A proibição promovida pelo Marquês de Pombal trouxe um saldo negativo às línguas existentes no Brasil, antes da chegada dos portugueses. Anteriormente, falavam-se cerca de 1200 línguas. Hoje sobrevivem, no país, apenas 200 delas, dentre as quais 150 são indígenas (Villalta, 2004:61 *apud* Praxedes, 2007: 2).

Para Zilles:

Esta questão, que poderia, à primeira vista, parecer desgastada, secundária ou mesmo circunscrita ao domínio das diferenças entre a fala e a escrita, é, na verdade, uma ótima representação da história da língua portuguesa no Brasil: uma

história de conflitos, muitas vezes de batalhas sangrentas, de imposições legais (não esqueçamos que nossa ortografia é matéria de lei), de preconceitos, de exclusões e de silenciamentos. Longe de ser uma história gloriosa e pacífica, portanto, como se poderia crer pela costumaz invisibilidade de nossas questões lingüísticas (Zilles, 2005: 72 *apud* Praxedes 2007: 1).

Do construto histórico de Goiás, vinculado, inicialmente, à figura do índio, visto e apresentado, durante muito tempo, na visão dos colonizadores, como alguém preguiçoso, desleixado, de cultura inferior e, lingüisticamente, pela forma de falar do morador da zona rural, herdeiro do erre retroflexo, resquício da Língua geral paulista, surge o vocábulo *caipira*. A origem dessa palavra, segundo Cunha (1997: 83) é um pouco contraditória. Pode ter se originado do tupi, ou ser ainda uma modificação de *caipora*, com variação de *curupira*, fato que explicaria a evolução *porá-pira*, indivíduo rústico, tímido, roceiro, matuto. Semanticamente, diz Cunha, a hipótese é viável; faltam, todavia, ligações mais concretas da cadeia evolutiva referente a esse vocábulo, visto que a documentação histórica é tardia. *Curupira*, diz Cunha (1997), por sua vez, significa: “Diabo, entre os indígenas; ente fantástico que, segundo a credence popular, vive nas matas e tem os dedos dos pés voltados para trás e o calcanhar para frente” (Cunha, 1997: 124).

Para Câmara Cascudo, a origem da palavra *caipira* pode relacionar-se ao vocábulo *caipora*: *caá* = mato / *pora* = habitante, morador. Nesse sentido, *caipira* seria o *habitante do mato*; ou ainda: “Homem ou mulher que não mora na povoação, que não tem instrução ou trato social, que não sabe vestir-se ou apresentar-se em público (...) Habitante do interior, canhestro e tímido, desajeitado mas sonso...” (Cascudo, 1988 *apud* Brandão, 1983: 10).

Outra explicação que explicaria a formação do vocábulo *caipira*, não vinculada ao caráter histórico e pejorativo, anteriormente imputado a ele, nos é dado por Pires (1981). Para esse pesquisador, a origem do termo associa-se à produção familiar de subsistência e nas relações de compadrio. Na visão de Pires, o *caipira* é alguém sincero, simples e ingênuo, que gosta de modas de viola, de contar ‘causos’, de dançar, alguém que trabalha e que conversa com a terra.

Por mais que rebusque o ‘étimo’ de ‘caipira’, nada tenho deduzido com firmeza. Caipira seria o aldeão; neste caso encontramos o tupi-guarani ‘capiâbiguâra’. Caipirismo é acanhamento, gesto de ocultar o rosto: neste caso temos a raiz ‘cai’ que quer dizer: ‘gesto de macaco ocultando o rosto’. ‘Capipiara’, que quer dizer o que é do mato. Capiã, de dentro do mato: faz lembrar o ‘capiãu’ mineiro. ‘Caapi’

– trabalhar na terra, lavrar a terra – ‘caapiára’, lavrador. E o caipira é sempre lavrador. Creio ser este último caso o mais aceitável, pois ‘caipira’ quer dizer ‘roceiro’, isto é, lavrador (Pires, [1921] 1981 *apud* Brandão, 1983: 11).

Brandão (1983), indo ao encontro das idéias de Pires (1981), defende também o caipira, justificando que são pessoas esforçadas que trabalham muito, por isso mesmo não lhes sobra tempo para cuidarem de si mesmos, motivo o qual justificaria o fato de estarem sempre desarrumados, distantes das cidades, longe de qualquer trato com a sociedade, afinal: “Cativos da terra, sem serem escravos dos senhores de terra, então, por isso mesmo, mais afastados de sua cultura civilizadora do que os próprios índios catequizados, ou do que os próprios escravos civilizados” (Brandão 1983: 20-22).

Em São Paulo, conforme nos apresenta Amaral, o caipira verdadeiro, autêntico, caracteriza-se por ser bastante primitivo em seus hábitos e atitudes, ser indolente, preguiçoso, meio lento em suas ações (Amaral, 1920 *apud* Mariano, 2000:1).

Cândido (1988) define assim algumas das principais características concernentes ao caipira:

A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos pelas suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de coleta cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos, por isso na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura (...). Os costumes na área estudada eram rudes; os homens eram irascíveis e valentes, matando-se uns aos outros com frequência atestada pelas cruces e capelinhas votivas, desconfiando do estranho, mas prontos à hospitalidade (Cândido 1998:37-41 *apud* Linhares, 2005:17).

O autor ressalta ainda que o que mais identifica o caipira recebe o nome de ‘mínimos vitais’. Esses mínimos significam que as relações sociais do caipira, bem como a produção dos recursos necessários à sua sobrevivência ocorrem dentro de determinados limites. O caipira seria pouco sociável e produziria somente o necessário para a sua sobrevivência e a de sua família. Os caipiras seriam os posseiros agregados, parceiros e pequenos sitiantes cuja produção dificilmente teria objetivo comercial.

Cândido nos apresenta três tipos ideais do caipira paulista:

Podemos verificar no caipira paulista três reações adaptativas em face de tal processo: 1) aceitação dos traços impostos e propostos; 2) aceitação apenas dos impostos; 3) rejeição de ambos (...). O segundo caso é o que mais interessa (...). Ele é, com efeito, o dos pequenos lavradores sitiantes ou parceiros, que, embora cada vez mais arrastados para o âmbito da economia capitalista, e para a esfera de influência das cidades, procuram ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização, procurando doutro lado preservar-se o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio. Daí qualificá-los como grupo que aceita a cultura urbana, os padrões impostos - aquilo que não poderiam recusar sem comprometer sua sobrevivência -, mas rejeitam os propostos, os que não se apresentam com força incoercível, deixando margem mais larga à opção. (...) a pesquisa leva a hipótese de que, em condições semelhantes, os grupos rústicos dotados de alguma força integrativa reagem preferencialmente conforme o segundo tipo discriminado. O primeiro e o terceiro casos correspondem, em tese, ao indivíduo, ou a família, que enfrentam como tais a situação nova: seja porque se desligaram do grupo, seja porque este se desintegrou ou está em via de desintegração (Cândido, 1998: 218-219 *apud* Linhares, 2005:18).

Parte da população goiana, residente no entorno de Brasília, estaria situada no segundo grupo apresentado por Cândido, não porque se componha de lavradores ou de sitiantes, mas porque, algumas pessoas desse grupo, aos poucos, adaptaram-se e adequaram-se aos paradigmas norteadores da economia capitalista. Para não ficarem à margem social, muitos abriram mão da cultura e da tradição que possuíam anteriormente.

Até aqui, busquei contextualizar o processo de formação histórica, política, lingüística e cultural do estado de Goiás. Na próxima seção, apresento o viés teórico delineador do trabalho para que, em momento oportuno, possa estabelecer as relações das teorias apresentadas com as categorizações estigmatizadas referentes à comunidade goiana.